



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número ²⁵⁹² /x (⁴.ª)

Expeça-se

Publique-se

05/06/09

Q Secretário da Mesa

Recorreis

Assunto: Desenvolvimento Económico, Crescimento do Emprego, Protecção Ambiental e consequente melhoria de qualidade de vida, das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira.

Destinatário: Ministério da Defesa Nacional

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

A boa mobilidade, das pessoas e das mercadorias, é um factor importante para o desenvolvimento económico e para a qualidade de vida das populações.

As dificuldades verificadas na circulação rodoviária no interior do Concelho de Vila Franca de Xira são sobejamente conhecidas e resultam, fundamentalmente, da concentração de tráfego ao longo da Estrada Nacional 10 (EN-10) onde confluem a esmagadora maioria dos fluxos gerados nos seus núcleos urbanos, bem como do transporte de mercadorias, de e para as muitas centenas de empresas localizadas nesta zona. Tal situação limita profundamente esses objectivos, de desenvolvimento e bem estar, potencialmente existentes.

A abertura do nó incompleto, a Sul de Vila Franca de Xira, veio resolver parte dos problemas viários **desta cidade** sobretudo por ter desviado o tráfego de veículos pesados do seu interior.

Porém, é necessário ter em conta que a maioria das empresas, geradoras de transporte do maior volume de mercadorias, quer pela recepção de matérias primas, quer para escoamento das suas produções, se situam em duas zonas dificilmente servidas pelas actuais ligações à Auto-Estrada n.º 1 (A1).



A primeira dessas zonas localiza-se no espaço compreendido entre as freguesias de Alhandra, Sobralinho e a zona norte de Alverca, onde se encontram instaladas muitas centenas de empresas geradoras de muito tráfego rodoviário. Só a Cimpor, de Alhandra, gera diariamente a circulação de muitas centenas de viaturas de grande tonelagem de e para esta empresa, através da EN-10.

A segunda zona situa-se no espaço compreendido pelas freguesias de Vialonga, Póvoa de Santa Iria e a zona Sul de Alverca, também com forte concentração industrial e de serviços como é o caso da proximidade do Mercado Abastecedor de Lisboa.

Estas realidades configuram áreas de grande conflito de tráfego rodoviário, no eixo compreendido entre Alhandra e a Póvoa de Santa Iria e, de forma particularmente grave, no interior de Alverca, /atravessado pela estrada EN-10) dado que a elevada concentração de tráfego, muito dele constituído por veículos pesados, provoca elevadas perdas de tempo e preocupantes índices de poluição com os consequentes impactos negativos de natureza económica e da saúde pública.

A presente caracterização, sumariamente descrita, configura a necessidade de estudar e pôr em prática um conjunto de medidas tendentes a prosseguir os objectivos que são razão dos propósitos evidenciados em título e cuja solução depende, decisivamente, da **construção de uma Variante à EN-10, na cidade de Alverca, cuja construção está prevista e prometido há mais de 30 anos** mas que, por razões diversas, tem vindo a ser sucessivamente adiada, com prejuízos enormes para quem por ali circula e, sobretudo, para as populações ali residentes que sofrem as consequências dos constantes engarrafamentos ali registados. **O último obstáculo parece ser o que resulta da necessidade de uma parecer favorável da Direcção Geral de Infra-estruturas do Ministério da Defesa Nacional.**

È do nosso conhecimento que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira se disponibiliza para efectuar todas as obras consideradas necessárias e salvaguarda dos interesses e necessidades referentes às Instalações da Força Aérea existentes naquela zona.

É também importante sublinhar que a construção desta variante, ao resolver os graves problemas de tráfego verificados em Alverca, também facilita a fixação de novas empresas,



contrariando a actual tendência de redução da actividade económica naquela área.

Pelo que antes se expõe e dadas as justas expectativas há muitos anos criadas, quer pelas autarquias, quer pelas populações e por todos os sectores da actividade económica local, ao abrigo das normas regimentais e constitucionais aplicáveis, solicito a V. Exa., através do Ministério da Defesa Nacional,

A resposta à seguinte pergunta:

Qual a posição do Ministério da Defesa Nacional relativamente ao parecer da Direcção Geral de Infra-Estruturas desse Ministério, parecer este fundamental para o avanço desta obra?

Agradecendo, antecipadamente, a resposta à questão aqui suscitada e com os melhores cumprimentos.

Palácio de São Bento, 1 de Junho de 2009.

Deputado(a)s:

(João Gaspar)